

A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE NO FINAL DO SÉCULO XIX

PRIMARY PUBLIC INSTRUCTION IN RIO GRANDE DO NORTE AT THE END OF THE 19TH CENTURY

Hananiel de Souza Amorim¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Crislane Barbosa Azevedo²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

RESUMO

Em pesquisa sobre grupos escolares no Rio Grande do Norte, sentiu-se a necessidade de análise mais aprofundada sobre o contexto escolar que precedeu à sua implantação no estado. Dessa forma, nesse artigo, discute-se sobre a instrução pública primária no Rio Grande do Norte, do final do século XIX. Assim, com base em pesquisa bibliográfica e documental, foi possível melhor compreender e explicitar o contexto no qual os grupos escolares foram elevados à condição de recurso governamental de combate ao analfabetismo e reforma social. A principal marca da instrução pública primária do estado, no final do século XIX, foi a sua municipalização. Alvo de problemas e críticas por todos os envolvidos com a instrução pública, devido ao atraso pedagógico e administrativo das escolas, administradores insistiam na sua revogação e na realização de reformas. Entre aquelas realizadas, a que mais alcançou êxito foi aquela responsável pela implantação dos grupos escolares, ocorrida somente entre os anos de 1907 e 1908.

Palavras-chave: Instrução Pública. Ensino primário. Rio Grande do Norte. Século XIX.

ABSTRACT

In research on school groups in Rio Grande do Norte, the need for a more in-depth analysis of the school context that preceded its implementation in the state was felt. Therefore, in this article, we discuss primary public education in Rio Grande do Norte, at the end of the 19th century. Thus, based on bibliographical and documentary research, it was possible to better understand and explain the context in which school groups were elevated to the status of government resource for combating illiteracy and social reform. The main hallmark of the state's primary public education, at the end of the 19th century, was its municipalization. Target of problems and criticism by everyone involved with public education, due to the pedagogical and administrative delay of schools, administrators insisted on its revocation and reforms. Among those carried out, the one that achieved the most success was

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor e Secretário Municipal de Educação do município de Campo Redondo/RN/Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-1084-744X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2234114864117312> E-mail: hananielamorim@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Associada IV do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo, do Centro de Educação da UFRN/Natal/Rio Grande do Norte/Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3456-0025> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6943286950201331> E-mail: crislane.azevedo@ufrn.br

the one responsible for the implementation of school groups, which occurred only between the years 1907 and 1908.

Keywords: Public Instruction. Primary education. Rio Grande do Norte. 19th century.

RESUMEN

En la investigación sobre grupos escolares en Rio Grande do Norte, se sintió la necesidad de un análisis más profundo del contexto escolar que precedió a su implementación en el estado. Por eso, en este artículo discutimos la educación pública primaria en Rio Grande do Norte, a fines del siglo XIX. Así, a partir de investigaciones bibliográficas y documentales, fue posible comprender y explicar mejor el contexto en el que los grupos escolares fueron elevados a la categoría de recurso gubernamental para combatir el analfabetismo y las reformas sociales. La principal característica de la educación pública primaria del estado, a finales del siglo XIX, fue su municipalización. Blanco de problemas y críticas por parte de todos los involucrados con la educación pública, debido al retraso pedagógico y administrativo de las escuelas, los administradores insistieron en su revocación y reformas. Entre las realizadas, la que logró mayor éxito fue la encargada de la implementación de grupos escolares, lo cual se produjo recién entre los años 1907 y 1908.

Palabras clave: Instrucción Pública. Educación primaria. Río Grande del Norte. Siglo XIX.

INTRODUÇÃO

Ao estudar sobre as escolas de ensino primário do século XIX, deparamo-nos com as chamadas escolas isoladas, instituições escolares que funcionavam na casa dos seus respectivos professores e que, por isso, não seguiam diretrizes adequadas para o bom funcionamento escolar. Esse foi o tipo de escola que vigorou no período Imperial (1822-1889). As escolas ou cadeiras isoladas não requeriam nem mesmo professores com formação em curso de magistério como os ofertados pelas escolas normais. Caracterizavam-se por uma mistura entre trabalhos escolares e fazeres domésticos visto que a professora ou o professor não se separavam do seu ambiente pessoal e familiar. Sem dúvida, isso impactava negativamente o trabalho docente e aprendizagem das crianças. Podemos acrescentar a isso, a dificuldade do poder público em verificar se as escolas estavam funcionando bem, pois a descentralização das instituições escolares tendia a ser grande, aspecto que se tornava ainda mais problemático se considerarmos as dificuldades de transporte e acesso às escolas.

Esse contexto começou a mudar quando da implantação do regime republicano, principalmente, a partir da implantação dos grupos escolares e da instalação ou reinstalação (em alguns estados) das escolas normais para a formação de professores para o ensino primário. Esse movimento de mudanças foi resultante de um aumento das discussões de intelectuais e de administradores públicos, da passagem do século XIX para o XX, preocupados com o que se queria para o país que tinha saído do Império e via-se diante de desafios na República, a exemplo, dos altos índices de analfabetismo nos seus vários estados.

Há pouco mais de uma década, aumentaram substancialmente a quantidade de pesquisas sobre os grupos escolares no Rio Grande do Norte, seguindo um movimento de

caráter nacional no qual as instituições de ensino primário passaram a ter um status diferenciado nas pesquisas em história da educação.

Em pesquisa recente sobre a implantação de grupos escolares no Rio Grande do Norte, sentimos a necessidade de analisar de forma mais aprofundada o contexto escolar que precedeu à implantação dos grupos escolares no estado. Dessa forma é que, com base em pesquisa bibliográfica e documental, nesse artigo, discutimos sobre a instrução pública primária no Rio Grande do Norte, do final do século XIX, a fim de melhor compreender e explicitar o contexto escolar no qual os grupos escolares foram elevados à condição de possibilidade de êxito na empreitada governamental de combate ao analfabetismo e reforma social.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO FINAL DO SÉCULO XIX

No Rio Grande do Norte, a última década do século XIX foi de ajustes, de tentativas de mudança, afinal, havia se ingressado na República e o cenário educacional precisava mudar, inclusive, por questões de cunho político. Um novo regime político implantado carrega em si um novo projeto de educação a fim de por ele ter seus ideais legitimados. Dessa forma foi que a República que se pretendia símbolo do novo, do moderno, do progresso no Brasil, teve seus anos iniciais marcados por reformas. No campo educacional, o Rio Grande do Norte (RN) teve a sua primeira reforma em 1892.

Uma das principais marcas da reforma foi a “municipalização do ensino primário”. O diretor da Instrução Pública, de 1895, Francisco Pinto de Abreu, advertia sobre os limites de tal decisão de ter determinado que ao Estado caberia manter, apenas, duas cadeiras primárias em cada município, ficando o restante da demanda a cargo dos respectivos governos locais. Segundo ele (Abreu, 1895, p. 2):

Estimular a iniciativa local com a moderada concorrência do Estado – tal foi o espírito da última reforma.

Nobre *desideratum* esse, que ainda não passou da letra dos Regulamentos, a mingua de medidas complementares que lhes proporcionassem os meios de viabilidade!

Aconteceu que as Municipalidades, com exceção de Mossoró e Macão, tem negligenciado este serviço, esperando somente do Estado, que, com duas cadeiras apenas, não pode fazer face à frequência escolar.

Talvez o *systema* preferido, talhado nos moldes das novas instituições, não encontrasse no seio das nossas comunas, eivadas dos velhos costumes políticos, o *meio* a que se podessem naturalmente adaptar.

O contexto era o de implantação recente de um novo regime político. Poucos anos antes o que se tinha no Brasil era um regime político marcado pela centralização. A experiência da federalização juntamente com a experiência da municipalização da responsabilidade para com um dos principais serviços a ser prestado pela população, a instrução pública, requeria amadurecimento político-administrativo. Mas a isso, o diretor da

Instrução Pública acrescentava outros complicadores, inclusive, de cunho moral como podemos identificar em seu registro sobre o assunto:

Confessemos: --- a autonomia dos Municípios, consagrada pela nossa lei orgânica, é uma faculdade de que eles não sabem usar. Sejam causa as nossas condições de raça, educação, topografia; sejam outras quaisquer condições de ordem moral ou econômica, certo é que o aparelho communal entre nós inda [sic] não tem no organismo político do Estado um funcionamento completo, indispensável à prática do systema federativo.

Concluamos: descentralisar, municipalisar, é cousa difícil, si não impossível, actualmente entre nós. Em matéria de Instrução Publica esta dificuldade, ou esta impossibilidade, assume maiores proporções.

E' muito presumível que seja esta a razão de não ter produzido o resultado esperado o systema que a reforma de 1892 adoptou. (Abreu, 1895, p. 2).

Ainda em sua crítica à municipalização, o diretor cita o caso de Pernambuco que, após a descentralização para os municípios, viu a nomeação de professores recair em pessoas desprovidas de preparo intelectual e técnico, depois de os professores diplomados serem postos em disponibilidade. Com a exceção da capital, o ensino primário foi arruinado naquele estado. Diante da conclusão sobre o desastre que foi a experiência, os pernambucanos entenderam a necessidade de retorno do poder estadual sobre os serviços de instrução promovendo nova reforma da sua instrução pública, um exemplo que os norte-rio-grandenses deveriam seguir, segundo o diretor (Abreu, 1895).

Em seu exercício de pensar sobre a experiência com o ensino primário em outros estados da federação, o diretor da Instrução Pública do RN citava, ainda, o caso de São Paulo, onde mesmo os municípios possuindo condições financeiras para lidar com os serviços de instrução pública, o governo do Estado seguia atuando fortemente. Assim declarava (Abreu, 1895, p. 3):

Continuando as nossas considerações, que todas combatem a descentralização precóce, convém citar o exemplo frisante do opulento estado de S. Paulo.

Ali, onde a iniciativa individual é uma realidade, onde as Municipalidades dispõem de largos recursos economicos, onde causas multiplas concorrem para a praticabilidade do systema federativo, peçam quase exclusivamente sobre o Estado os encargos do ensino publico. Mais de um oitavo de sua avultada receita, que orça em 33:000:000\$000 rs, destina-se à educação da mocidade paulistana, para quem se abrem numerosas escolas publicas, preliminares, complementares, nocturnas e mixtas, incluindo os Cursos Superiores e Secundarios.

As escolas populares estão providas de livros dictaticos e sufficiente material escolar. Está decretada a obrigatoriedade dentro de raias determinadas para ambos os sexos desde 7 até 12 annos de idade. A fiscalisação das escolas è bem remunerada e se exerce até sobre estabelecimentos de instrucção particular e municipal.

Portanto, na visão do diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Norte, era possível bem cuidar, em nível estadual, dos serviços de educação. Para tanto, havia de se considerar o provimento financeiro e dedicar efetiva atenção àquilo que era necessário para

A instrução pública primária no Rio Grande do Norte no final do século XIX

o adequado funcionamento das escolas, a exemplo, de materiais escolares e, particularmente, manuais didáticos, algo que não era considerado nas escolas norte-rio-grandenses.

Em um diagnóstico sobre as escolas primárias do Rio Grande do Norte, declarava o diretor que:

Mantendo o Estado 78 cadeiras primarias, das quaes tudo esperam as negligentes Municipalidades, apenas proporcional (de accôrdo com o Reg.) uma frequencia total de 3:120 alumnos para uma população avaliada em 300:000 habitantes.

[...]

As cazas de aulas, algumas de propriedade estadual, necessitam umas de concertos e outras de substituaçao, a bem dos principios hygienicos e pedagogicos. (Abreu, 1895, p. 4).

Os problemas não se limitavam à necessidade de atenção à Higiene e a preceitos pedagógicos gerais relacionados à edificação escolar. Mais adiante em seu relatório anual destinado ao governo do estado, o diretor declarava a falta de cumprimento tanto do Regulamento quanto do programa escolar e a sua relação com a desqualificação dos professores. Segundo o diretor:

Em regra, as escolas publicas se acham desprovidas de moveis indispensaveis, o que tem embaraçado seriamente os professores e impedido o augmento da frequencia escolar, como se verifica nos quadros juntos [anexos do relatório].

As creanças pobres servem-se de livros estranhos ás materias do ensino e até de jornaes, ficando assim impraticaveis muitos preceitos do Regulamento, como seja a divisão das classes que elle prescreve.

Nestas condições, tem sido irrealisavel o Programma das Escolas Publicas expedido pelo meu antecessor, e ainda por um motivo mais grave, que bem quizeramos poder calar: – a falta de competencia dos mestres. (Abreu, 1895, p. 5).

Os problemas na instrução pública norte-rio-grandense se retroalimentavam. Os professores não tinham qualificação profissional. Sem curso de formação, não dispunham de conhecimentos adequados ou suficientes para pôr em prática mudanças pedagógicas à luz de uma pedagogia moderna. Da mesma forma, era natural que não tivessem discernimento ou condições práticas para proceder a um ensino com classes divididas conforme Regulamento. Os reformadores ditavam caminhos. Mas os responsáveis diretos pela caminhada não possuíam e nem recebiam formação e condições de trabalho adequadas para tanto.

Outra crítica da diretoria da Instrução Pública recaía sobre os serviços de fiscalização das escolas. Segundo Francisco P. de Abreu (1895, p. 5):

Outra couza concorre para o atraso geral da instrucção: è o systema de fiscalisação escolar adoptado na reforma alludida. Ahí se determina que serão Delegados Escolares nos municipios, sédes de comarcaca, os respectivos promotores publicos e nos demais os Presidentes das Intendencias municipais.

Desse modo, como substituir os delegados escolares em caso de descumprimento de seus deveres para com a instrução pública? Tornava-se impossível a substituição. Essa acontecia, apenas, quando da finalização do mandato dos respectivos promotores ou presidentes de intendência. Mesmo subordinados ao diretor da Instrução Pública, a ele podiam (e assim o faziam) seguir sem prestar contas de seus trabalhos na esfera educacional. Diante disso era que o diretor sugeria: “O Delegado Escolar deve ser pessoa da confiança do Director, nomeado sob proposta deste, responsavel e demissivel” (Idem, Ibidem, p. 5).

Em uma espécie de síntese, o diretor Francisco Pinto de Abreu (1895, p. 5), elencava o que considerava as causas do contexto problemático da instrução pública norte-rio-grandense do final do século XIX:

- 1º não terem os professores publicos o sufficiente preparo intellectual e technico, para poderem observar o programma;
- 2º não se acharem as aulas providas de moveis e utensis [sic] indispensaveis, de accôrdo com o Regulamento vigente;
- 3º Não fornecer o Estado livros didacticos ás creanças pobres;
- 4º Não corresponder a seus fins o actual systhema de fiscalisação escolar.

Sobre tais aspectos, o diretor propunha soluções, estando elas girando em torno: da criação de um curso normal para a formação de professores; da realização de nova reforma da instrução pública; do aumento dos vencimentos dos futuros professores diplomados, bem como definição de garantias específicas para os professores assim como gratificações quanto aos bons serviços realizados; da destinação de lei orçamentária para a aquisição de livros, móveis e outros instrumentos escolares; e, da reforma dos sistema de fiscalização do ensino.

A identificação dos limites da reforma de 1892 já era sentida no ano seguinte da sua publicação. Um ano após a reforma, o então diretor da instrução pública, Antônio de Mello e Souza declarava que (Mello e Souza, 1894, p. 1-2):

Apezar da reforma das instituicoes que tão beneficamente tem influenciado os outros ramos do serviço publico, onde tão manifesto é o progresso, apesar das suas reformas proprias, embora há apenas um anno decretadas, o estado do nosso ensino publico primario é quasi o mesmo que era nos tempos do obscurantismo monarchico.

Ha entre nós, em todo o Estado, como em todas as classes de sua sociedade, uma tal indiferença á Instrução Publica, há uma a que refere-se a possibilidade de progresso, de melhoramento neste tão importante ramo do serviço publico que são precisos muitos esforços e muita bôa vontade, muito tempo e muita perseverança para que o resultado seja apreciavel. O povo, sem distincção de clases, está infelismente tão habituado ao desprestigio em que sempre vegetou a Instrucção Publica, desprestigio que vem de longe, que encara com desanimo, quando não com o sorriso da descrença indifferente e fria, toda e qualquer tentativa neste sentido, quer provenha ella da Administração publica, quer da iniciativa particular.

A instrução pública primária no Rio Grande do Norte no final do século XIX

Os entraves à educação escolar não eram apenas técnicos, entre eles coexistia uma profunda indiferença social e um ceticismo generalizado da população, acostumada historicamente ao desprestígio da instrução. Fica demonstrado o grande desafio de transformar a educação escolar em um valor cultural reconhecido em uma sociedade marcada pela descrença institucional.

A cultura escolar de um determinado local e em época específica é constituída mediante a interrelação de culturas. Se, de um lado, os reformadores visualizam necessidade de mudanças e, para tanto, propõem soluções claras e objetivas, o mesmo não ocorre com as pessoas comuns e mesmo com os professores (leigos). Portanto, por outro lado, a mudança de regime político ou, mais pontualmente, o estabelecimento de uma reforma nos serviços de instrução pública, pura e simplesmente, não tende a causar impacto e instigar o envolvimento da sociedade ou mesmo proporcionar mudanças nas práticas docentes. Por isso, a busca por compreensão da cultura escolar de uma época ou de uma instituição de ensino, não pode ser orientada, apenas, a partir de textos legais visto que eles não dão conta das relações sociais e institucionais que marcam o pretense período ou escola.

Compreender a perspectiva dos reformadores (governadores e diretores de instrução pública) não deixa, por isso, de ser importante, uma vez que nos possibilita refletir sobre a historicidade das reformas educacionais e mesmo da cultura de uma época. Dessa forma é que, buscamos identificar mais elementos, especificamente, sobre o ensino primário na visão do diretor da Instrução Pública Antônio de Mello e Souza (1894, p. 2). Segundo ele:

O ensino primário, base de toda a instrução e, por consequencia elemento primordial do adiantamento de um povo, não tem, além, disto, o desenvolvimento que era para desejar. E' demasiadamente resumido o numero das escolas publicas em relação á população do Estado. Para verifical-o basta ponderar que na capital existem apenas duas escolas para cada sexo, mantidas pelos cofres estadoaes.

Não desconheço que é este infelizmente um dos resultados da escassez das rendas publicas; todavia, sem que se desattenda á infludível consideração de ordem economica, seria talvez possivel, com pequeno sacrificio, augmentar aquelle numero.

O diminuto número de escolas pode ser considerado uma decorrência da lei de reforma que estabeleceu que o governo do Estado manteria, somente, duas instituições de ensino em cada município. Sobre as escolas, especificamente, Mello e Souza enfatizava a necessidade de provimento dos materiais necessários ao seu razoável funcionamento (1894, p. 2-3):

As escolas publicas, inclusive a maioria das que funcionam na Capital, carecem absolutamente do mais resumido material escolar; ha muitas dellas no interior do Estado desprovidas até dos moveis mais indispensaveis, que não faltariam ao mais modesto estabelecimento de ensino particular.

Funcionam, em sua quase totalidade, em casas particulares alugadas, muitas vezes a mesma em que reside o professor, sem os comodoss necessarios e até sem os mais simples requisitos exigidos pela hygiene escolar. Sobre este e outros pontos de importancia relativos ao ensino primario dirigi, em 3 de Novembro do anno findo, uma circular aos delegados escolares do Estado e os que responderam até hoje são accordes, com excepção de dois ou tres que teem sua jurisdicção em localidades mais favorecidas, em corroborar o que venho de afirmar. Seria talvez possível – e para isso reclamo a vossa esclarecida atenção – prover ao menos as escolas publicas da capital e das cidades do interior do material technico de que carecem, além da mobília necessaria e adequada a taes estabelecimentos.

Portanto, havia, dentro do próprio governo, a ciência da necessidade de maior investimento nas escolas. Sem o direcionamento de orçamento para compra de móveis adequados e aparelhamento suficiente a fim de atender a princípios pedagógicos mais modernos e de Higiene, não era possível avançar em termos de resultados junto à Instrução Pública. Além de poucas escolas estaduais, essas ainda eram desprovidas do mínimo necessário para um bom funcionamento. Quanto às escolas municipais, essas seguiam com ritmo lento de implantação (Tabela 1).

Tabela 1 – Municípios e a manutenção de escolas primárias (1897)

Sem cadeiras (escolas)	Com cadeiras criadas, mas não providas	Com cadeiras providas e em funcionamento³
Flores Papary Patu Santa Cruz São José de Mipibu São Miguel	Apody (3) Caicó (3) Currais Novos (1) Goianinha (1) Luiz Gomes (1) Portalegre (1)	Angicos (2) Assú (4) Ceará-mirim (1) Goianinha (3) Jardim (1) Jardim de Angicos (1) Luiz Gomes (1) Macaíba (1) Martins (1) Mossoró (7) Natal (3) Pau dos Ferros (2) Portalegre (1) Santo Antônio (1) Serra Negra (1) Triunfo (2)

Fonte: Dantas, 1897, p. 8.

Esse quantitativo viria a crescer dois anos após com a criação de escolas em parte dos municípios (Tabela 2). Dos 37 existentes, 17 informavam a existência de escolas, sendo que seis permaneciam com a mesma quantidade (Angicos, Caicó, Goianinha, Jardim, Mossoró e Natal). O destaque ficava por conta de Mossoró com a manutenção das suas sete escolas e de Macau com a inauguração das suas sete escolas de ensino primário.

³ Dessas 32 cadeiras, 18 eram do sexo masculino, 02 do feminino e 12 mistas, cfe. Dantas, 1897, p. 8.

A instrução pública primária no Rio Grande do Norte no final do século XIX

Em 1899, o diretor geral da Instrução Pública, em seu relatório ao governo do Estado, informava ter dirigido, aos presidentes das Intendências, uma circular na qual solicitava informações sobre o quantitativo de escolas primárias providas ou criadas no âmbito municipal acompanhado dos respectivos mapas de matrícula e frequência. Em resposta, o diretor obteve as informações expostas na Tabela 2.

Tabela 2 – Municípios que declararam possuir escolas de ensino primário (1899)

Município	Quantidade		Município	Quantidade
Angicos	02		Macau	07
Areia Branca	03		Martins	02
Caicó	03		Mossoró	07
Canguaretama	03		Natal	03
Ceará Mirim	02		Portalegre	02
Flores	01		Santana do Mato	03
Goianinha	03		São José de Mipibu	02
Jardim	01		Triunfo	02
Luiz Gomes	02			
Total				48⁴

Fonte: Dantas, 1899, p. 3-4.

A quantidade de escolas era diminuta, sem dúvida. Ela era representativa do quadro sofrível de miséria material, improvisos pedagógicos e administrativos e falta de investimentos adequados em equipamentos e infraestrutura física que caracterizava todo o estado, como bem podemos perceber nas declarações dos diretores da instrução Pública em seus relatórios anuais ao governo do Estado.

A respeito do programa de ensino baixado com a reforma de 1892, declarava o diretor da Instrução, de 1894, Antonio de Mello e Souza (1894, p. 3):

O programma do ensino primario que, por motivos que não desconhecereis, ainda não poudé ser distribuido pelo magisterio, consagra todos os mais necessarios melhoramentos hoje adoptados nas escolas publicas da Capital da União e dos paizes estrangeiros. Tão somente, muito difficil se me antolha a sua fiel execução sem um preparo elementar previo dos professores, o que me parece seria possivel mediante a creação, de que cogitais, de uma escola primaria modelo, que poderia ser aquella a que refere-se o art. 5º do Decreto n. 21 de 4 de Abril de 1893, dotada dos aperfeiçoamentos geraes postos em pratica pela pedagogia moderna.

O movimento diário das instituições de ensino não cabia no texto da lei definida sem que os seus principais executores tivessem, ao menos, a condição de acompanhar a sua produção ou formação profissional suficiente para compreender e bem se apropriar das suas orientações. Dessa forma, a cultura escolar proposta pela reforma de 1892 não se

⁴ Dessas 48 cadeiras, 30 eram do sexo masculino, 10 do feminino e 10 mistas, cfe. Dantas (1899, p. 4).

consolidava. A preparação profissional dos professores, bem como a concordância com as mudanças propostas é condição para o êxito das reformas escolares. Sem conhecimentos e sensibilidade para a modernidade pedagógica e a formação de um novo cidadão, a reforma seguia como letra morta. A efetivação da cultura escolar projetada depende, assim, tanto da cultura dos reformadores quanto da dos professores.

Conforme destaca a Julia (2001), a cultura escolar não pode ser compreendida sem analisarmos suas relações - pacíficas ou conflituosas - com as culturas contemporâneas, como a religiosa, a política e a popular. No início do século XX, a implementação da pedagogia moderna e do método intuitivo (*lições de coisas*) exigia o uso de diversos recursos didáticos (como globos, mapas, sólidos geométricos) para estimular o aprendizado experimental das crianças. Essa nova cultura escolar buscava envolver integralmente o aluno - física, intelectual e moralmente - para que valores como disciplina, higiene e civismo, aprendidos na escola, fossem irradiados às famílias e à sociedade da época.

Mas, ainda considerando o contexto do RN do final do século XIX, e particularmente, o que defendia Antônio de Mello e Souza, de fato, a criação de uma escola na qual os professores pudessem realizar um período de prática docente orientada nos moldes da pedagogia moderna, seria uma alternativa à falta de conhecimento dos professores, sobretudo, os do interior do estado que, além da falta de formação adequada e de materiais pedagógicos adequados ao ensino, contavam com o fator longa distância da Diretoria da Instrução, o que pode ser considerado outro complicador na resolução de impasses do ensino. Sem a experiência de uma formação sistematizada, os professores não teriam como se habilitar minimamente sobre o que exigia o novo programa de ensino, direcionado para as lições de coisas, desenho, ginástica e trabalhos manuais.

Particularmente sobre os professores, o diretor Antônio de Mello e Souza (1894, p. 2) afirmava ainda que:

O magisterio primario, composto de antigos professores aproveitados por ocasião da reforma de Janeiro do anno passado, é, em sua quase totalidade, completamente destituido das habilitações exigidas em vista do novo regulamento, e, o que é peor talvez, sem vocação e sem gosto para o desempenho de tão delicada e espinhosa funcção. Muitos destes professores, alias honrados cidadãos, adqueriram a cadeira que hoje occupam como um simples auxilio que lhes pareceo necessario para a vida e como tal a encaram, outros foram feitos professores em recompensa de serviços prestados a influencias politicas quando não havia outra arrumação disponivel que lhes dessem Aproveitados na reforma da Instrucção primaria por força do disposto no art. 6º nº 4 das disposições transitorias da Constituição Estadual, a maioria destes funcionarios trouxe os seus antigos habitos e seu *modus vivendi* já assentado e disseminados no interior onde a fiscalisação escolar é quase nulla, permanecem ainda o que sempre foram. No meio delles há honrosa excepções, muito poucas infelizmente: ha boas vontades e há algumas vocações. Este esforço de uma parcella, porém, ou perde-se no meio da indifferença e do descredito dos outros, ou circumscreve os seus beneficos effeitos nos limites da localidade em que age.

Além de considerar a maior parte do magistério primário da época como despreparado, desmotivado e sem vocação pedagógica, bem como lamentar que as poucas exceções de profissionais dedicados acabassem neutralizadas pelo descrédito e pela ineficiência generalizada que marcavam a categoria no período, o diretor Antônio de Mello e Souza (1894, p. 3) afirmava que: “Entre o nosso magisterio publico há professores, aliás conscienciosos, que confessam não ter a minima noção do que seja – lições de couzas”. É importante considerarmos a complexidade dessa situação. A aprendizagem pelos sentidos, base das lições de coisas, era resultado de uma considerável mudança de perspectiva sobre como o ser humano enxergava o mundo e com ele interagia.

Como declara Azevedo (2009, p. 70): “O trabalho escolar fundado na intuição sobrepõe os fundamentos psicológicos aos filosóficos como base na elaboração de métodos de ensino”. Compreender essa lógica em pleno século XIX não se tratava de algo simples para sujeitos que nunca frequentaram qualquer curso de formação de professores ou que não tiveram acesso a obras de autores estrangeiros, como presumimos ser o caso de grande parte dos professores do interior dos estados brasileiros. A promoção da formação dos professores era condição para o êxito de qualquer iniciativa reformista.

A respeito da prática do desenho e trabalhos manuais, o diretor Antônio de Mello e Souza (1894, p. 3-4) declarava que:

Em todos os paizes, onde o ensino primario é uma realidade, uma preocupação constante dos governos, a que elles dedicam o melhor de sua attenção e de seus esforços, o ensino da geometria elementar, do desenho, da gymnastica e dos trabalhos manuaes occupa salientissimo lugar nos programmas escolares.

Nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Belgica, na França, na Dinamarca, na Suecia, na Russia, na Allemanha, na Suissa e, em menor escala, em outros paizes, a importancia dada aos exercicios physicos de toda especie nas escolas primarias é igual a muitos trabalhos intellectuaes. Em muitos destes paizes, uma parte importante do edificio escolar, ou outro annexo a este é dedicada ao funcionamento de officinas elementares de marcenaria, cartonagem, serralheria, etc.; em que os alumnos, a par do exercicio physico tão neccessario ao desenvolvimento physiologico da infancia, fazem por ventura o primeiro aprendizado de um officio util que, talvez, um dia será o único meio de que disponham para a manutenção de sua familia, a unica arma de que estejam providos para a luta, muitas vezes tão dura, pela existencia.

O conhecimento do reformador, diretor da Instrução Pública, abarcava experiências, também, de diferentes países (Mello e Souza, 1894). Declarava ele a importância dos edifícios escolares bem dotados de princípios pedagógicos e de Higiene dos Estados Unidos bem como a importância dada, naquele país, aos trabalhos manuais, assim como, na Suécia e na Rússia. Destacava, também, a experiência da Inglaterra com os exercícios físicos, jogos atléticos, ginástica e trabalhos manuais. As justificativas do diretor seguiam o sentido da defesa da formação dos sujeitos voltada para o desenvolvimento do gosto pelo trabalho e da energia moral, necessários para o cidadão republicano. Como

promover essa formação nas escolas primárias do Rio Grande do Norte? O começo da solução voltava-se, mais uma vez, à inexistente política de formação de professores.

Um outro problema que atingia a instrução pública norte-rio-grandense, sobretudo em relação às escolas do interior do estado, era a deficiência dos serviços de fiscalização. Segundo o diretor Antonio de Mello e Souza (1894, p. 4-5):

E' incontestavelmente uma das causas do atraso em que se acha a instrução primaria no interior, – essa ausencia de inspecção assidua e energica por parte de delegados escolares que, alem das habilitações litterarias, tivessem o indispensavel interesse pelo ensino popular.

A lei n. 6 de 30 de Maio de 1092 [sic], que autorisou o poder executivo a reformar a instrução publica, estatuto no seu art. 1º nº VIII letra – a – que o cargo de Delegado escolar seria “occupado pelo Promotor publico, nos municipios séde de comarca, e pelo Presidente da Intendencia nos demais municipios”.

Foi sem duvida uma pequena melhora, mas que, infelismemente, deixa muito a desejar. Muitos d'esses funcionarios, occupados com os trabalhos do seu primeiro cargo, do qual o de delegado escolar é apenas um appendice, não tomão pelo desenvolvimento da instrução local o interesse que era de esperar.

A suposta melhora nos serviços de inspecção escolar pode ser considerada tão somente pelo fato de ser algo definido em regulamento a partir de então, com clareza quanto à ocupação do cargo. Contudo era preciso atenção a outros aspectos constituintes da prestação do serviço de fiscalização das escolas. Sobre o assunto, acrescentava ainda Antonio de Mello e Souza (1894, p. 5):

A circular que dirigi lhe, em 3 de Novembro findo, a qual já referi-me, e relativa ás condições hygienicas das casas escolares, aos livros didacticos adoptados e á escripturação dos livros respectivos, apenas responderam 22 de entre os 36 delegados que conta a Instrução – menos de 2/3, portanto.

O relatorio da inspecção e visitas ás escolas, a que são obrigados pelo art. 31 § 7º do Reg. 30 de Setembro, e para o qual, na mesma circular, chamei a sua atenção, apenas foi enviado por quatro delegados escolares: os de Santa cruz, Santo Antonio, São José de Mipibú e Areia Branca.

Julgo urgente e da maior necessidade uma reforma para o systema de fiscalisação escolar.

O problema da falta de prestação de contas poderia ser considerado quase sem solução se considerarmos que o cargo de delegado escolar não contava com a possibilidade de exoneração por não ser o primeiro, mas sim uma decorrência, uma segunda função, existente em virtude do cargo de promotor público ou de presidente da intendência, conforme a condição do município como sede ou não de comarca. Em outras palavras, trabalhando ou não como delegado escolar, o cargo não lhe era retirado. Inspecionando ou não as escolas, enviando ou não relatório para a Diretoria de Instrução Pública, o delegado não seria destituído do cargo de delegado escolar.

Diante desse contexto, é que o diretor da Instrução Pública sugeria mudança para o provimento do cargo de delegado escolar. Assim declarava Antonio de Mello e Souza (1894, p. 5):

Penso que poderia, sem grande accrescimo de despeza para o Estado, ser adoptado o systema, posto em pratica em outros Estados, como no estrangeiro, da creação de inspectores escolares remunerados e tendo sua jurisdicção em districtos que, entre nós, poderiam ser as comarcas. Parece-me o único meio efficaz de tornar effectiva a inspecção das escolas publicas do interior e contribuir por tanto para o desenvolvimento do ensino primario.

Frutos foram colhidos da orientação do diretor da Instrução Pública. Dois anos depois, o novo diretor (em substituição à Francisco P. de Abreu), Horácio Cavalcanti (1896, p. 4), dava notícia, em seu relatório anual enviado ao governador do estado, sobre a nova forma de provimento do cargo. Segundo ele, em virtude de Lei n. 67 de 30 de agosto de 1895, os delegados escolares passaram a ser de livre nomeação pela Diretoria da Instrução Pública. Ao listar as novas nomeações realizadas, verificamos que nem todos os municípios constavam. Assim, inferimos que parte dos promotores públicos das comarcas permaneceram nos cargos.

A fim de tornar o serviço de fiscalização do ensino mais efetivo, à mudança no sistema de provimento do cargo de delegado escolar, acresce a solicitação para que os profissionais redigissem termos de visita em livros próprios. Declarava o diretor (Cavalcanti, 1896, p. 5): “Em circular do 1º de Maio, mandou esta Directoria fornecer ás aulas publicas um livro em branco destinado aos termos de visita dos Delegados Escolares e inventario dos moveis da escola”.

Em se tratando do envio de livros para as escolas, mas, desta vez, destinados ao ensino, o diretor Horácio Cavalcanti (1896, p. 5) noticiava sobre o envio das seguintes obras:

Conhecendo a necessidade que há nas aulas de livros destinados à leitura, mormente para as creanças pobres, remetteram-se em 11 de Março deste anno, para cada uma das aulas do sexo masculino 20 exemplares da nossa Constituição, e finalmente, a 3 de Maio enviou esta Directoria para as mesmas escolas dous exemplares da obra “Exercicios de Numeração” para o ensino inicial de Arithmetica.

As escolas do sexo feminino não recebiam livros? Mas, também, que tipo de livros? Desde a proclamação do novo regime político, a sinalização nos discursos de autoridades da República era para a modernidade do ensino escolar. Nesse sentido, como o texto constitucional poderia ser considerado adequado para a leitura de crianças em processo de alfabetização? E para as aulas de Aritmética, como dois livros seriam suficientes para

escolas cuja matrícula e frequência eram altas, devido, em grande parte na época, por serem a única escola do lugar?

Vemos que o quadro da instrução pública no Rio Grande do Norte, na última década do século XIX, se caracterizava pela precariedade. Essa marcava as escolas no provimento de recursos materiais e pedagógicos. Mas isso envolvia, também, a quantidade de escolas.

Em um cenário cujas escolas eram desprovidas de móveis adequados para uma instituição de ensino e onde não havia materiais pedagógicos suficientes e atualizados, como um professor poderia com frequência de mais de 30 alunos, podendo chegar a 60, em sala multisseriada, executar um trabalho com um mínimo de êxito? Mesmo diante dos grandes desafios, a escola estava lá e a demonstração das famílias de que queriam seus filhos estudando também, inclusive, nos relatórios dos últimos dirigentes da Instrução Pública, chama-nos a atenção essa disposição, em pleno século XIX, para o ensino das meninas, que durante todo o período compreendido de 1893 a 1898, esteve em maior número nas escolas (Pinheiro Júnior, 1893, p. 7; Mello e Souza, 1894, p. 13-16; Abreu, 1895; Dantas, 1897, anexo p. 8; Dantas, 1898, anexo, p. 1).

Ao se referir à primeira reforma republicana da instrução primária e secundária, no Rio Grande do Norte, realizada em 1892, o diretor geral da Instrução Pública, João Tibúrcio da Cunha Pinheiro Júnior, declarava, em relatório ao governo do Estado, a impossibilidade de apresentar os benefícios dela decorrentes em virtude de não terem sido, ainda, postas em prática todas as suas medidas. Contudo adiantava-se em uma observação relativa aos professores, considerados peça-chave para o êxito do processo reformista. Segundo o diretor:

Para conseguir-se tão brilhante resultado, tudo depende dos esforços de quem tem a nobre missão de mestre. Sem a boa vontade, zelo e interesse pelo ensino não há reforma possível; por melhor inspirada que ella seja, naufragara na pratica, desde que não for secundada por aquelles poderosos elementos. (Pinheiro Júnior, 1893, p. 1).

De fato, não é possível se buscar melhorias nos serviços de instrução sem que os profissionais responsáveis pela execução dos processos escolares sejam considerados. Como destaca Julia (2001), para compreendermos a cultura escolar de uma época ou mesmo de uma instituição é necessário analisar a cultura dos professores, os sujeitos responsáveis pela execução das reformas escolares e toda uma série de instrumentos normativos.

Tratar sobre os professores inclui discutir a sua formação profissional, e não apenas, considerar a presença de esforço, zelo, interesse e boa vontade no exercício da

função. A necessidade de qualificar o professor era algo em discussão entre os dedicados às questões educacionais desde o século XVII. Grande exemplo disso era a indicação de Comenius, por meio da sua obra *Didactica Magna*, da necessidade de criação de instituições formadoras de professores. Mas somente no século XIX foi que, na Alemanha, viu-se a institucionalização da formação de professores para o ensino primário e não sob a influência de Comenius, mas sim de Pestalozzi, como nos lembra Reis Filho (1995, p. 149), segundo o qual, a difusão de escolas de formação ocorreu mesmo somente a partir do século XIX. A primeira instituição formadora de professores criada com o nome de *escola normal* foi fundada em Paris em 1795. Com o mesmo nome da escola francesa, difundiu-se em outros países a escola de formação de professores para o ensino primário. Foram exemplos: Inglaterra, em 1835; Brasil, em 1835; e, Estados Unidos, em 1838.

No Rio Grande do Norte, a criação e funcionamento efetivo e ininterrupto do curso de formação de professores via escola normal ocorreu, somente, a partir de 1908, quando da reforma responsável pela implantação dos grupos escolares e da escola normal de Natal (Azevedo; Santos, 2018). Ou seja, os professores que atuavam nas escolas isoladas do Rio Grande do Norte (cidades e vilas), não possuíam a devida formação. Além disso, pelo reduzido número de escolas, os professores não tinham nem mesmo a possibilidade do compartilhar experiências e experienciarem práticas de caráter mais colaborativo.

A escola isolada funcionava com professores isolados de tudo e de todos e que tinham que coordenar escolas cuja organização era a da multisseriação. Como exigir dos professores norte-rio-grandenses a prática de processos instrutivos sobre os quais nada sabiam a respeito, além do próprio regulamento do ensino? Quem eram os professores e o que podemos dizer sobre o resultado de seu trabalho? O que percebemos é que as escolas norte-rio-grandenses do final do século XIX eram marcadas por limites em seu funcionamento. Vejamos, por exemplo, um caso do município de Martins-RN.

No Livro de Matrícula da escola de ensino primário do sexo masculino, do professor Adrião F. Mello, do período de 1897 a 1908, encontramos indicativos sobre como eram escolarizadas as crianças do estado. Ao final de cada ano letivo, o professor informava à Diretoria Geral de Instrução Pública a quantidade de alunos matriculados assim como o número de concluintes. Em sua comunicação, o professor se pronunciava, alterando, a cada ano, apenas, a data e a quantidade de alunos. Em seu comunicado padrão, declarava:

Aos quatorze dias do mez de novembro de mil oitocentos e noventa e sete, nesta cidade de Martins, no edifício onde funciona a escola pública de ensino primária do sexo masculino, pelas duas horas da tarde, depois de findo todos os trabalhos escolares, conclui de conformidade com o art.36 do Reg. nº 60 de 14 de fevereiro de 1896, os trabalhos do anno lectivo supra, tendo matriculado durante o corrente exercício, a contar de 16 de janeiro a esta data, de setenta e sete alunos como consta da matricula acima, e, para constar, lavrei o presente

termo de encerramento que assigno. / O Professor Publico / Adrião Ferreira de Mello. (Escola. Livro de matrícula, 1897-1908, p. 4-5).

O que se tem, portanto, por toda a última década do século XIX, em Martins-RN, em termos de escola estadual é uma única escola primária masculina e uma escola feminina. Disso resultava uma matrícula exorbitante para qualquer profissional, do que poderia resultar um trabalho de baixa qualidade mesmo para um professor formado em uma suposta melhor escola normal possível. Além disso, considerando-se o fato de que a escola era multisseriada, o êxito do trabalho docente de qualidade, com elevado aproveitamento para os alunos tornava-se uma quimera. Não à toa, dessa escola primária com elevadíssima taxa de matrícula nos primeiros anos da escolarização, seguia por anos sem contar com sequer um aluno como concluinte do ensino primário (Amorim, 2024).

Entre os anos de 1897 e 1908, portanto durante 12 anos, o professor Adrião atestou a realização de apenas cinco sessões de exames de conclusão de curso primário e, sempre, com número diminuto de alunos. Segue a sua comunicação, sempre padrão, sobre os exames do ano de 1897:

Acta dos exames procedidos na escola publica de ensino primario do sexo masculino da cidade do Martins, Estado do Rio-Grande do Norte.
Aos dezessete e dezoito dias do mez de novembro de mil oitocentos e noventa e sete, nesta cidade do Martins no edificio onde funciona a escola pública do sexo masculino, pelas dez horas d'amanhã, presentes os cidadãos Doutor Francisco Bezerra Cavalcante d'Albuquerque, Delegado Escolar do Municipio, Adrião Ferreira de Mello, Professor Publico respectivo e Francisco d'Albuquerque Bezerra Cavalcante, nomeado examinador e mais pessoas gradadas da cidade, sob a presidência do primeiro, depois de procedido o disposto no artigo 98 do Regulamento approved pelo Decreto nº 60 de 17 de fevereiro de 1896, ahi foram apresentados os nomes dos alunos Pedro Antonio Vieira, João Capistrano Ferreira Lustosa, José Ignacio de Carvalho Filho, Gregorio Francisco de Almeida e José Franco d'Oliveira para serem examinados, visto já terem concluído o curso primario. Então, deu-se começo aos trabalhos pelo exame da prova escripta de conformidade com o disposto no artigo 99 § 1º nº 1 e 2 do citado Regulamento; apresentando o presidente os pontos organizados pela respectiva Comissão. Em seguida, passou-se ao exame da prova oral, conforme a disposição do § 2º nº 1 a 4 do artigo citado, sendo os examinados aprovados. Os dois primeiros com distincção e os três ultimos plenamente em todas as materias do curso primario. Do que para constar mandou o Delegado Escolar lavrar esta acta que assigna com a Comissão, fazendo extrahir copia para ser remetida a Directoria Geral da Instrucção Publica, sendo fornecido aos aprovados o certificado de que trata o artigo 101 do mencionado Regulamento. Eu Adrião Ferreira de Mello, professor publico, a escrevi e assigno. / Francisco Bezerra Cavalcante d'Albuquerque / Adrião Ferreira de Mello, professor publico. / Francisco d'Albuquerque Bezerra Cavalcante, examinador. (Escola. Livro de matrícula, 1897-1908, p. 5).

Esse número sempre reduzido de concluintes (Tabela 3) na escola do professor Adrião Mello é um dado que pode ser indicativo de problemas quanto ao funcionamento desse modelo de escola proveniente do período do Império e que a reforma da Instrução Pública de 1892 pouco conseguiu alterar.

O público escolar do sexo masculino matriculado em 1897 (77 alunos), por exemplo, dividia-se nos vários anos do ensino primário. No Livro de matrícula não é especificado o ano de ensino em que cada criança estava matriculada. Isso inviabiliza o acompanhamento da progressão dos alunos. Mas, de todo modo, é estranho ter como resultado do trabalho com 77 crianças, a conclusão de apenas cinco delas. A verificação sobre os anos seguintes até a implantação do Grupo Almino Afonso⁵ demonstra que houve anos letivos em que nenhum aluno concluiu o curso e que, em outros, apenas um aluno finalizou o ensino primário.

Tabela 3 – Alunos concluintes na escola isolada masculina de Martins (1897-1907)

Ano	Matriculados	Concluintes
1897	77	05
1898	58	--
1899	43	--
1900	44	--
1901	45	--
1902	51	--
1903	60	05
1904	43	--
1905	45	01
1906	50	01
1907	63	01

Fonte: Escola. Livro de matrícula, 1897-1908.

O cenário educacional dos municípios do Rio Grande do Norte era limitado a duas escolas primárias mantidas pelo Estado, situadas na sede do município, sendo uma para cada sexo. Para além disso, a população local teria que contar com a iniciativa de particulares ou do poder municipal, o que nem sempre ocorria.

Quem estuda a história da educação do Rio Grande do Norte da passagem do século XIX para o XX percebe a existência simultânea de diferentes tipos de instituições destinadas ao segmento ensino primário. Azevedo e Santos (2018), por exemplo, chamam à atenção para escolas isoladas, escolas rudimentares e grupos escolares.

A existência de várias configurações de escola pode ser um reflexo não apenas de um período de transição que diz respeito ao que as elites intelectuais e administradores públicos pensavam sobre educação no período. Pode ser considerada resultante das dificuldades financeiras e de organização da sociedade na passagem do século XIX para o XX. Independente de classe social ou poderio econômico, não foram fáceis as vivências dos norte-rio-grandenses do período. Araújo (2012, p. 623) recorda que:

⁵ A implantação do Grupo ocorreu em 1909 em Martins-RN. Mais informações sobre a história da instituição, consultar Amorim (2024).

No final do século XIX, as classes economicamente favorecidas, juntamente com a população indigente, foram acometidas por inúmeras epidemias mórbidas (varíola, sarampos, febres palustres, peste negra, peste bubônica), que chegavam através de navios procedentes dos Estados vizinhos e distantes e se propagavam, indistintamente, interclasses.

A esse cenário de consequências incontornáveis pela administração pública, acrescentava-se ainda o problema das secas que insistia em prosseguir anos seguidos – 1889, 1890, 1900 e 1904, agravando ainda mais os problemas de ordem econômica e social. O resultado disso, como registra Araújo (2012), foi a morte de mais de 30 mil pessoas que sucumbiram em condição de miséria, com destaque para as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da experiência da municipalização do ensino ocorrida no início do período republicano, resultou a limitação da responsabilidade do Estado para com as escolas de ensino primário. O governo estadual passou a manter apenas duas escolas isoladas em cada sede de município, ficando a cargo das municipalidades a organização e funcionamento de outras escolas.

Em um contexto marcado pelas limitações orçamentárias, os norte-rio-grandenses tinham que lidar com o contraditório. Ou seja, de um lado, problemas de cunho climático e de saúde pública junto à pobreza da maior parte da população; de outro lado, a administração pública republicana investia na construção de novas representações sobre a República, a qual deveria ser associada ao novo, ao moderno. Na educação isso pretendia se materializar por meio da adoção de preceitos de uma pedagogia moderna, marcada, sobretudo, pela experiência com o método de ensino intuitivo.

Diante disso é que, em matéria de ensino escolar primário público, o Rio Grande do Norte era caracterizado por problemas. A implantação da República, assim, não representou mudanças imediatas e profundas para com a instrução pública no estado. Sua organização era marcada pelo atraso pedagógico e administrativo, o que fazia, como bem sinalizavam os diretores da Instrução Pública, em uma condição desvantajosa em relação a outros estados do país.

Ciente dos problemas é que os governadores insistiam em seus pronunciamentos acerca da necessidade de reformas na instrução pública. Entre as iniciativas a que mais alcance teve foi aquela responsável pela implantação dos grupos escolares que viria a ocorrer somente entre os anos de 1907 e 1908. O propósito governamental com a implantação dos grupos era substituir as formas mais simples de escolas (isoladas e rudimentares), marcas características do Império.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Francisco Pinto de. **Relatorio annual do movimento da Directoria Geral da Instrução Publica do Rio Grande do Norte**. Natal, 1 de julho de 1895. 15 p.
Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=873330&Pesq=Martins&pagfis=364>
- AMORIM, Hananiel de S. **A educação escolar primária e o Grupo Escolar Almino Afonso em Martins-RN (1906-1926)**. 2016. 275f. Tese (Doutorado em Educação). UFRN, Natal, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/63751>
- ARAÚJO, Marta Maria de. As alteridades societárias e a instituição dos grupos escolares no Rio Grande do Norte (1890-1911). **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 47, p. 619-635, 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v21n47/v21n47a10.pdf>
- AZEVEDO, Crislane B. de. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância**. Natal: EDUFRN, 2009.
- AZEVEDO, Crislane B.; SANTOS, Rosa Milena. **História da educação no Rio Grande do Norte: instituições escolares, infância e modernidade no início do século XX**. Curitiba: Appris, 2018.
- CAVALCANTI, Horacio Barreto de Paiva. **Relatorio anual da Directoria Geral da Instrução Publica do Rio Grande do Norte**. Natal, 1 de julho de 1896. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=873330&pagfis=567>
- DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. **Relatório da Directoria Geral da Instrução Publica**. Natal, 05 de julho de 1897. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=873330&pagfis=730>
- DANTAS, Manuel. **Instrução Pública - Relatório circunstanciado do movimento da Diretoria de Instrução Pública ao Illm. Exm., Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves M. D. Governador do estado**. Natal, 15 de junho de 1899. 15f. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=873330&Pesq=Martins&pagfis=1048>
- ESCOLA. **Livro de matrícula dos alunos da escola do sexo masculino do município da cidade do Martins**, 1897-1908. Directoria Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Norte, 1896.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar com objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, n. 1, 2001, p. 09-43.
- MELLO e SOUZA, Antônio José de. **Instrução Publica – Directoria Geral da Instrução Publica do estado do Rio Grande do Norte**, Natal 14 de junho de 1894. [Relatório para servir de subsidio á Mensagem do governo ao Congresso legislativo]. Secretaria da

AMORIM, H. de. S.; AZEVEDO, C. B.

Instrução Publica do Estado do Rio Grande do Norte, 14 de junho de 1894. 20p.
Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=873330&pagfis=262>

PINHEIRO JÚNIOR, João Tiburcio da Cunha. **Relatório da Directoria Geral da Instrução Publica do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal, 13 de junho de 1893. 9 p. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=873330&Pesq=Martins&pagfis=130>

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**: origens da escola pública paulista. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção Memória da Educação).

Submetido em: 11 de jun de 2026.

Aprovado em: 03 de ago de 2026.

Publicado em: 30 de ago de 2026.